



NOME: _____

ASSINATURA: _____

TEMPO

- A prova terá duração de 4h (quatro horas);
- O candidato somente poderá sair da sala de realização da prova após transcorrida 2h (duas horas) do seu início, sem levar o caderno de prova.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, especialmente nome e número de inscrição, leia atentamente as instruções para preencher o Cartão de respostas;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservados;
- O preenchimento do Cartão de respostas é de sua responsabilidade. Não será efetuada troca em caso de rasura ou erro no preenchimento;
- Serão 100 questões objetivas de múltipla escolha sendo 10 questões de Conhecimentos Gerais e de 90 questões de Conhecimentos Específicos, subdivididas em 05 (cinco) alternativas de resposta, de “A” a “E”, e dessas alternativas somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta;
- Para realização da prova o candidato deverá utilizar somente caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre as questões da prova durante sua realização. O candidato poderá, se for o caso, interpor recurso no prazo definido pelo edital;
- O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando material de prova (caderno de questões e/ou folha de respostas);
- O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo se acompanhado de um fiscal;
- Para garantir a lisura e segurança na realização da prova, a Coordenação Local poderá fazer uso de detectores de metal nos banheiros, nos corredores e/ou na sala de prova;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de questões e a folha de respostas devidamente preenchido e assinado, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar o material de prova e se retirarem da sala simultaneamente.



LÍNGUA PORTUGUESA - 10 QUESTÕES

QUESTÃO 01 (Valor: 1)

Se observarmos os manuscritos franceses e italianos do século XVII já encontraremos marcações com o acento grave (indicativo de crase, que significa a junção de duas letras iguais). Por ser um acento da modalidade escrita apenas, comumente encontramos dificuldade na correta marcação deste acento, como na placa abaixo. Perceba que, apesar de o “a” designar a presença de preposição e artigo, o fato de o substantivo estar no plural invalida a existência do acento.



Nas alternativas abaixo apenas uma frase possui o uso do acento grave corretamente. Identifique-a.

- A) Sempre falamos à você que a pandemia iria virar o mundo de cabeça para baixo.
- B) Na época do Natal as lojas costumam vender mais à vista que a prazo.
- C) O Brasil ficou muito diferente à partir da proclamação da independência.
- D) Quando visitamos nossos pais, falei à eles o quanto os amava.
- E) À estas pessoas que enganam os mais pobres nosso repúdio.

QUESTÃO 02 (Valor: 1)

As palavras “bastante, pouco, muito, menos, caro” estabelecem concordância de gênero e número com os substantivos a que se referem quando são empregadas como adjetivos. Assinale a alternativa em que ocorre um erro de concordância com uma destas palavras.

- A) Na noite passada comi meia caixa de bombons.
- B) Em função do feriado, ontem havia muitas crianças na praça.
- C) Mesmo com a crise, ainda é possível comprar bastante alimentos no mercado.
- D) Dentre os produtos que adquiri, achei que o batom estava caro.
- E) Muitos brasileiros e poucos estrangeiros na abertura olímpica.



QUESTÃO 03 (Valor: 1)

A maioria dos verbos da língua portuguesa não tem significado próprio, precisando de complementação para que estabeleçam sentido completo. A esta relação entre verbos e complementos denominamos “regência verbal”. Em função do pouco uso de algumas regências, muitos usos diferentes da norma padrão se constituíram no português brasileiro. Identifique, nas frases abaixo, uma ocorrência que reflete um uso diferente do que diz a norma padrão.

- A) O secretário da empresa entregou os documentos à procuradora da justiça.
- B) As senhoras elegantes da cidade namoram estes vestidos franceses.
- C) A torcida do Criciúma assistiu ao último jogo de casa por ser proibido sair às ruas.
- D) Estava com tanta pressa que esqueceu do talão de cheques em casa.
- E) Nós necessitamos de ajuda em função das últimas enchentes.

QUESTÃO 04 (Valor: 1)

Uma das regras mais conhecidas quando nos referimos à norma padrão é de que “o verbo deve concordar com o sujeito” na oração. E, de fato, em quase todas as situações, isso ocorre. No entanto, em função do número de verbos da língua e das diferentes possibilidades de construção de frases que temos, em algumas vezes a concordância se dá de outra forma. Das alternativas abaixo uma não segue às regras de concordância verbal da língua. Identifique-a.

- A) Já fazem dois anos que não retorno ao Brasil para ver meus pais.
- B) A crise de água e energia fez subir os preços dos alimentos.
- C) Na segunda guerra houve muitos mortos e feridos.
- D) Pelo que percebi tratava-se de problemas graves.
- E) Existem razões para desconfiarmos de seus propósitos.

QUESTÃO 05 (Valor: 1)

O emprego dos pronomes em textos escritos tem se tornado um dos principais desvios da norma padrão. A uniformidade de tratamento não é muito comum principalmente em letras de músicas e em textos menos formais. Na linguagem oral os desvios se evidenciam. Abaixo você encontrará cinco pequenos trechos de músicas bem conhecidas. Em apenas uma delas não há inadequações no uso dos pronomes. Identifique-a.

- A) “Aonde está você...Me chama, me chama, me chama”.
- B) “Deixar eu dizer que te amo, deixa eu gostar de você”.
- C) “Escrevo-te estas mal traçadas linhas, meu amor”.
- D) “Nós dois se amando e a lua por testemunha”.
- E) “Se tirar você de mim não sobra nada. O teu sorriso me desmonta”.

QUESTÃO 06 (Valor: 1)

De origem grega, a palavra ortografia é composta pelos radicais – *orthós*, que significa *certo, direito, exato* e por – *grafia*, que significa *escrita*. Assim, a ortografia é a parte da gramática que estabelece os padrões corretos de escrita de uma língua. Nas alternativas a seguir você encontrará frases retiradas de clássicos de nossa literatura. Em apenas uma delas todas as palavras estão escritas de maneira correta. Identifique-a.



- A) A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida (Vinícius de Moraes).
- B) O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes (Cora Coralina).
- C) É tocante e vive, e me fez agora refletir que só é verdadeiramente vivo o que já sofreu (Manuel Bandeira).
- D) Quero a delícia de poder sentir as coisas mais simples (Manuel Bandeira).
- E) A vida não se resolve com palavras (João Cabral de Melo Neto).

QUESTÃO 07 (Valor: 1)

Muitos são os cuidados que devemos ter na construção de um texto, principalmente quando este for escrito. Para atender aos propósitos comunicativos e evitar mal-entendidos, a revisão do que escrevemos e a escolha do léxico mais adequado são essenciais para que o interlocutor entenda o que queremos lhe dizer. Se você ler com atenção o texto abaixo, contado por um locutor de rádio, com certeza irá verificar que há algo “estranho” na fala do jogador Edinho, destacada ao final do parágrafo, ao se considerar o contexto da situação.

“O quarto-zagueiro Edinho Baiano, do Paraná Clube, foi entrevistado por um repórter da rádio Cidade. O Paraná tinha tomado um balaio de gols do Guarani de Campinas, alguns dias antes. O repórter queria saber o que tinha acontecido. Edinho não teve dúvidas sobre os motivos: *“Como a gente já esperava, fomos surpreendidos pelo ataque do Guarani”*.”

Assinale a alternativa que aponta o que está faltando no trecho destacado.

- A) Coerência textual.
- B) Sinonímia.
- C) Ambiguidade.
- D) Metáfora.
- E) Redundância.

QUESTÃO 08 (Valor: 1)

Algumas palavras de nossa língua possuem semelhanças na escrita e na pronúncia, mas com diferenças nos significados. Para a efetivação da competência linguística, a prática da leitura constante, o uso de bons dicionários, a revisão do que se está escrevendo contribuem para evitar que usemos palavras em determinados contextos que possuam significados contrários àquilo que queremos dizer. A palavra “sede” por exemplo, na frase “Quando corro muito tenho sede constante” possui outro significado em “Não sei onde fica a sede do escritório”. Embora com escrita idêntica, a pronúncia e o significado são diferentes. Atente-se para as palavras nos pares de frases abaixo e identifique a alternativa em que o uso está inadequado.

- A) Neste final de ano quero fazer a sena e ficar milionário. / A novela das nove horas se passa em uma cena londrina.
- B) Não encontrei noz no mercado municipal. / Nós devemos ler muitos relatórios neste final de ano.
- C) Sempre me disseram que conselho bom não é de graça. / Para entender melhor tive que ir ao concelho municipal.
- D) Muitas crianças são tachadas como deficientes auditivas. / O preço da contribuição está taxado desde o ano passado.
- E) Nem todos os animais possuem calda comprida. / Gosto muito de sorvete com cauda de morango.



QUESTÃO 09 (Valor: 1)

Para demarcarmos as unidades na língua escrita e sinalizarmos os limites de uma estrutura sintática utilizamos os sinais de pontuação. Na fala atuam como recursos prosódicos para estabelecer limites, ritmo e entonação. A vírgula é um dos sinais de pontuação em que as pessoas mais apresentam dificuldades no uso. Apenas em uma das alternativas abaixo a vírgula está usada de maneira adequada. Identifique-a.

- A) As pessoas mais velhas de minha cidade natal, costumam dar presentes em todas as datas comemorativas do ano.
- B) Se eu tivesse um salário maior iria comprar, um carro, uma casa e todos os móveis para meus pais.
- C) Apesar de estar evidente, é preciso acreditar, que ele falou a verdade.
- D) Já falei para você que a leitura atenta é fundamental nestas horas, Clarisse!
- E) Era tanto peixe que nem consegui separar direito: sardinha, tainha, papa-terra, e raia.

QUESTÃO 10 (Valor: 1)

É comum encontrarmos erros de acentuação em placas públicas, como você pode ver no exemplo abaixo retirado da internet. Muitas vezes as pessoas entendem que a tonicidade de uma palavra requer acento, o que não é verdade, pois nosso sistema de acentuação é bastante rígido e segue critérios de economicidade, ou seja, há bem mais palavras sem acento do que acentuadas.



Criamos cinco frases que poderiam estar em placas em qualquer ponto de uma cidade. Identifique a que apresenta, assim como no exemplo, um erro de acentuação gráfica.

- A) Suco de amêndoa com gergelim por seis reais.
- B) Aqui pêssego e melancia por dois reais o quilo.
- C) Compre botas aqui: no inverno é uma boa idéia.
- D) Alugam-se cadeiras e sofás para casas de praia.
- E) Um baú de novidades nesta semana.

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL - 15 QUESTÕES

QUESTÃO 11 (Valor: 1)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece um conjunto de instrumentos, as ações constitucionais, por meio das quais é possível acionar a jurisdição constitucional seja pela via difusa, seja pela via concentrada. A respeito de tais ações e do regime de competências para seu julgamento, está correto afirmar:



- A) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente ação popular proposta contra ato do Presidente da República.
- B) Compete à Justiça Estadual processar e julgar habeas data impetrado contra sociedade de economia mista, a exemplo do Banco do Brasil.
- C) Compete ao Juiz Estadual processar e julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, proposta contra ato de Prefeito municipal.
- D) Compete ao Juiz Estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da Justiça Federal, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União figure no processo.
- E) Compete à Justiça Federal processar e julgar o mandado de injunção, ainda que particular figure no polo passivo, quando a competência delegada for originariamente federal.

QUESTÃO 12 (Valor: 1)

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A respeito desse sistema federativo e de seu regime de autonomias, está correto dizer que:

- A) É apenas na Constituição Federal de 1988 que os Municípios passam a constar como ente federativo na organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.
- B) A estrutura atualmente adotada na ordem brasileira, abrangendo quatro tipos de entes federativos, caracteriza o que pode ser definido como um tipo de “federalismo de quarto grau”.
- C) A ordem constitucional vigente admite a intervenção dos Estados nos seus municípios, em casos que são exemplificativamente indicados na Constituição Federal, art. 35.
- D) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- E) Criação de novos municípios é possível, desde que cumpridos os seguintes requisitos, na ordem citada: 1. Lei Complementar Federal determinando o período em que a alteração pode ser feita; 2. Consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas; 3. Divulgação de estudos de viabilidade municipal e 4. Edição de lei estadual regulamentando a criação do novo município.

QUESTÃO 13 (Valor: 1)

“Por *processo legislativo* entende-se o conjunto de atos (iniciativa, emenda, votação, sanção, veto) realizados pelos órgãos legislativos visando a formação das leis constitucionais, complementares e ordinárias, resoluções e decretos legislativos” (In: SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 528. Grifos originais).

No que se refere ao processo legislativo e sua conformação no sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) Constituição de 1988 atribui à Câmara dos Deputados a função de Casa iniciadora, de modo que a discussão e votação dos projetos de lei deve ter início nessa Casa.
- B) Proposta de Emenda à Constituição pode excepcionalmente suscitar controle preventivo material de constitucionalidade e ter sua tramitação suspensa por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar, se a proposta for manifestamente ofensiva à clausula pétreia.
- C) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou



contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara de Deputados os motivos do veto.

- D) O sistema brasileiro admite controle repressivo de constitucionalidade pelo Poder Legislativo no caso das Medidas Provisórias e das Leis Delegadas.
- E) Se o Chefe do Executivo opuser veto a dispositivo de lei, com o qual outros dispositivos não vetados expressamente tenham conexão ou dependência, também a esses alcançará o veto, que será implícito ou tácito, em função de sua conexão.

QUESTÃO 14 (Valor: 1)

A ordem constitucional vigente estabelece um sistema de fiscalização financeira e orçamentaria sobre a União e as entidades da administração direta e indireta que se concretiza mediante controle externo realizado pelo Congresso Nacional e também por controle interno de cada Poder. No que se refere ao controle realizado pelo Poder Legislativo Federal, esse conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, cujas normas aplicam-se, no que couber, aos sistemas de controle e fiscalização dos Estados e Municípios. Apenas uma dentre as alternativas que seguem enuncia corretamente informação sobre esse assunto. Assinale-a.

- A) O Tribunal de Contas da União, órgão com jurisdição em todo o território nacional, tem poderes para determinar a quebra de sigilo bancário, quando necessário para a efetiva prestação de auxílio no controle externo realizado pelo Congresso Nacional.
- B) A denúncia por irregularidades ou ilegalidades pode ser apresentada ao Tribunal de Contas da União por qualquer cidadão ou servidor público, e, sendo pessoa responsável pelo controle interno, a não apresentação da denúncia enseja a responsabilização subsidiária.
- C) O Tribunal de Contas da União, assim como os Tribunais de Contas dos Estados, são compostos por nove membros e, em ambos os casos, cabe ao Chefe do respectivo Poder Executivo, indicação de um terço de seus integrantes.
- D) É competência do Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta mantidas pelo Poder Público Federal, bem como as contas prestadas pelo Presidente da República e as prestadas por quem der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- E) Com o advento da Constituição de 1988, embora tenha sido vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais, admite-se que o controle externo da Câmara Municipal seja exercido com o auxílio desses, onde houver.

QUESTÃO 15 (Valor: 1)

Com relação às normas constitucionais e regime decorrente aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- A) Servidor público investido em cargo de vereador pode cumular remuneração do cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários e, não havendo, é facultada a opção por sua remuneração, em qualquer caso, o tempo será computado para efeitos legais, tais como aposentadoria ou promoção por merecimento.
- B) É assegurado a todos os servidores públicos o direito fundamental social de associação profissional ou sindical.



- C) É assegurado o acesso de estrangeiros ao serviço público, entretanto, tal direito possui eficácia limitada, ou seja, não é autoaplicável, uma vez que depende de normatização ulterior.
- D) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, observando necessariamente os critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição que lhes correspondem por direito.
- E) Servidores nomeados para cargo efetivo, após aprovação em concurso público, adquirem estabilidade, de modo que, após cumprido o período de estágio probatório, somente perderão o cargo em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 16 (Valor: 1)

“O direito constitucional positivo é o conjunto de normas jurídicas em vigor que têm o *status* de normas constitucionais, isto é, são dotadas de máxima hierarquia dentro do sistema [e] Como domínio científico, o direito constitucional procura ordenar elementos e saberes diversos, relacionados a aspectos normativos do poder político e dos direitos fundamentais, quem incluem: as reflexões advindas da filosofia jurídica, política e moral – *filosofia constitucional e teoria da Constituição*; a produção doutrinária acerca das normas e dos institutos jurídicos – *dogmática jurídica*; e a atividade dos juízes e tribunais na aplicação prática do Direito – *jurisprudência*” (BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 74-75. Grifos originais). Considerando esse domínio abarcado pelo Direito Constitucional, assinale a alternativa correta:

- A) A supremacia constitucional, que se divide em formal e material, é atributo das Constituições rígidas, ausente nas costumeiras e nas flexíveis.
- B) O poder constituinte originário inaugura uma nova ordem jurídica, mas não se pode dizer que rompa totalmente com a ordem anterior, já que, conforme a corrente positivista, os direitos fundamentais constituem limites jurídicos para a atuação de tal poder.
- C) Os direitos fundamentais estabelecidos no art. 5º da Constituição possuem aplicabilidade direta e imediata, mas dividem-se quanto à sua eficácia em plena e contida.
- D) Compete ao poder constituinte derivado decorrente o poder de elaboração das Constituições Estaduais e de alteração da Constituição Federal.
- E) O princípio republicano é um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro e o seu conjunto de valores tem sido uma constante na ordem constitucional brasileira desde os fins do século XIX.

QUESTÃO 17 (Valor: 1)

Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal, que garantem a simetria constitucional. Com relação à simetria constitucional, assinale a alternativa correta:

- A) Somente a Constituição Federal pode ser parâmetro no controle concentrado de constitucionalidade.
- B) Os Estados podem instituir, com legitimação ativa exclusiva, a representação de inconstitucionalidade em face da Constituição Estadual.
- C) Simetricamente às previsões da Constituição Federal em relação ao Presidente da República, a Constituição Estadual pode condicionar a instauração de processo judicial por crime comum contra Governador à licença prévia da Assembleia Legislativa.



- D) A representação de inconstitucionalidade em face da Constituição Estadual abrange leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais.
- E) Cabe recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal quando decisão do Tribunal de Justiça em representação de inconstitucionalidade tiver como parâmetro norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal.

QUESTÃO 18 (Valor: 1)

Apenas uma das alternativas abaixo enuncia matéria que pode ser objeto de Medida Provisória. Assinale-a.

- A) Imposto de renda das pessoas físicas.
- B) Direito penal.
- C) Trânsito de forças estrangeiras em território nacional.
- D) Procedimento de avaliação periódica de desempenho de servidores públicos.
- E) Carreira de membros do Ministério Público.

QUESTÃO 19 (Valor: 1)

Com relação ao Poder Executivo, seus órgãos auxiliares e sistema constitucional de funcionamento, assinale a alternativa correta:

- A) É possível eleição indireta para Presidente da República.
- B) O Presidente da República, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Congresso Nacional, nos crimes de responsabilidade.
- C) Lei complementar disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
- D) Os Ministros de Estado são julgados perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade e perante o Superior Tribunal de Justiça nas infrações penais comuns.
- E) Compete ao Governador de Estado decretar a intervenção em Município, para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, devendo o respectivo decreto ser submetido à apreciação da Assembleia no prazo vinte e quatro horas.

QUESTÃO 20 (Valor: 1)

No que se refere aos direitos fundamentais, “A classificação que decorre do nosso Direito Constitucional é aquela que os agrupa com base no critério de seu conteúdo, que, ao mesmo tempo, se refere à natureza do bem protegido e do objeto de tutela [então] Em síntese, com base na Constituição, podemos classificar os direitos fundamentais em cinco grupos: (1) direitos individuais (art. 5º); (2) direitos à nacionalidade (art. 12); (3) direitos políticos (arts. 14 a 17); (4) direitos sociais (arts. 6º e 193 e ss.); (5) direitos coletivos (art. 5º); (6) direitos solidários (arts. 3º e 225)” (In: SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37 ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 184;186). Identifique a alternativa abaixo que enuncia corretamente o direito fundamental, nos termos da Constituição Federal de 1988:

- A) Brasileiro que adquirir outra nacionalidade como condição para exercício de direitos políticos não perderá a nacionalidade brasileira.
- B) Considerando a liberdade de crença e o direito à educação, o ensino religioso deve ser ofertado



nas escolas públicas mediante caráter facultativo e em horário alternativo aos das disciplinas regulares.

- C) A ordem constitucional brasileira não admite extradição por crime político ou de opinião, nem de brasileiro nato, por qualquer crime e, no caso do brasileiro naturalizado, admite apenas em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- D) Para prestação do direito à saúde pelo Estado, podem ser firmados contrato de direito público ou convênio, desde que a entidade tenha caráter filantrópico e sem fins lucrativos.
- E) Visando o equilíbrio financeiro, a previdência social tem caráter distributivo e filiação obrigatória.

QUESTÃO 21 (Valor: 1)

O direito à propriedade na ordem constitucional brasileira é estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que também enuncia limitações a esse direito, notadamente sua função social. Com relação aos alcances e limites do direito à propriedade na ordem constitucional, está correto afirmar que:

- A) Em caso de necessidade, utilidade pública, ou interesse social, a desapropriação deve ser feita mediante indenização justa e preferencialmente em dinheiro.
- B) Entre as diretrizes da política urbana, a Constituição prevê que o Poder Público Municipal poderá desapropriar imóvel subutilizado ou não utilizado com pagamento mediante títulos da dívida pública, desde que a determinação de parcelamento ou edificação compulsória não tenha sido eficaz na promoção do adequado aproveitamento do solo urbano.
- C) No caso de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo, a Constituição autoriza a desapropriação sem direito à indenização, sem prejuízo das demais formas legais de responsabilização, cabendo à União definir qual a melhor destinação da propriedade desapropriada.
- D) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, desde que assegurada ao proprietário indenização ulterior pelo uso.
- E) Para fins de reforma agrária, a desapropriação de imóvel rural que não cumpra sua função social pode ser feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, sendo tal competência atribuída à União.

QUESTÃO 22 (Valor: 1)

O Estado brasileiro adota a divisão orgânica de seus Poderes, pautada na independência e harmonia e para assegurar a observância à ordem constitucional, admite o exercício de competências típicas e atípicas, bem como o uso de mecanismos do chamado *sistema de freios e contrapesos*. Com relação às normas constitucionais para organização dos Poderes, assinale a assertiva correta.

- A) O Senado Federal pode, pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento de ação com tramitação no Supremo Tribunal Federal contra Senador, sendo que a sustação do processo não suspende a prescrição.
- B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- C) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são nomeados pelo Presidente da República, depois



de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

- D) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhe representar ao juízo competente, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- E) É competência exclusiva do Senado Federal autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.

QUESTÃO 23 (Valor: 1)

Com relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), assinale a alternativa correta:

- A) Ambas possuem efeito vinculante, distinguindo-se quanto ao rol de legitimados, que no caso da ADC restringe-se: ao Presidente da República, às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e ao Procurador-Geral da República.
- B) Não cabe medida cautelar em Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- C) A decisão definitiva proferida em ADI ou ADC é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios ou proposição de ação rescisória.
- D) As decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ADI e ADC não têm efeito vinculante sobre as funções legislativas.
- E) Embora a decisão proferida em ADI não vincule o legislador, esse não pode editar nova lei com idêntico conteúdo normativo ao já declarado inconstitucional em controle concentrado, caso em que caberá Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal, para garantia da autoridade de suas decisões.

QUESTÃO 24 (Valor: 1)

Apenas uma alternativa enuncia corretamente bens e poderes inerentes às funções estatais. Assinale-a.

- A) Considerando que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é reduzir as desigualdades sociais e regionais, excepcionalmente, a União pode instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, desde que a preferência em relação a um Estado seja estabelecida para promover o equilíbrio do desenvolvimento no País.
- B) Um dos princípios da ordem econômica consiste no tratamento favorecido para as empresas de grande porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- C) É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra uma vez que, nos termos da ordem constitucional vigente, as jazidas e demais recursos minerais são considerados propriedade inerente e constitutiva do solo.
- D) Nos termos da Constituição de 1988, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios constituem bem da União.
- E) Admite-se lei para reprimir o abuso do poder econômico apenas nos casos em que se verifique o aumento arbitrário dos lucros em determinada atividade econômica.

QUESTÃO 25 (Valor: 1)

Assinale a alternativa correta no que se refere aos direitos políticos e sistema democrático adotado no Brasil.



- A) As coligações partidárias são vedadas em eleições proporcionais, mas permitidas em eleições majoritárias, desde que respeitada a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- B) Se brasileiro nato adquirir outra nacionalidade como condição para acelerar processo migratório, tornar-se-á inelegível perante a ordem jurídica brasileira.
- C) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre sua organização e funcionamento parlamentar.
- D) A ação de impugnação de mandato eleitoral deve tramitar sem restrições decorrentes de segredo de justiça, permitindo à sociedade o exercício de controle sobre o processo democrático.
- E) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PROCESSUAL ADMINISTRATIVO - 15 QUESTÕES

QUESTÃO 26 (Valor:1)

Assinale a opção abaixo que indique o princípio que foi introduzido expressamente, por meio de Emenda Constitucional, dentre os princípios constitucionais da Administração Pública:

- A) Legalidade.
- B) Impessoalidade.
- C) Eficiência.
- D) Publicidade.
- E) Moralidade.

QUESTÃO 27 (Valor:1)

Assinale a alternativa correta sobre remoção:

- A) Remoção é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.
- B) Remoção é a designação do servidor em outras atribuições e responsabilidades, compatíveis com as limitações em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica pela Junta Médica Oficial Município.
- C) A remoção é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando, por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- D) A remoção é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, a partir do injusto afastamento.
- E) Remoção é o deslocamento do servidor para preenchimento de cargo de lotação, no âmbito do mesmo quadro.

QUESTÃO 28 (Valor:1)

Existem diversas modalidades de atos administrativos. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que indica uma espécie de ato normativo:

- A) Deliberações.
- B) Concessão.
- C) Parecer.



- D) Licença.
- E) Alvará.

QUESTÃO 29 (Valor:1)

Com relação aos atos administrativos, pode-se afirmar que:

- A) A teoria dos motivos determinantes impede o controle judicial dos atos administrativos.
- B) O Poder Judiciário pode revogar atos da Administração Pública municipal, desde que estejam eivados de vícios que os tornem ilegais.
- C) A Administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- D) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos, desde que estejam eivados de vícios que os tornem ilegais, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- E) Quando a autoridade, competente para aplicar a pena de suspensão, impõe penalidade mais grave, que não é de sua atribuição, ocorre usurpação de função pública, sendo que o ato deve ser revogado.

QUESTÃO 30 (Valor:1)

Segundo a Lei nº 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, NÃO se pode afirmar que:

- A) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- B) Os entes consorciados deverão entregar recursos mensalmente ao consórcio público, independentemente de contrato de rateio.
- C) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- D) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- E) Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

QUESTÃO 31 (Valor:1)

Com relação ao processo de licitação previsto na Lei nº 14.133/21, assinale a alternativa que apresente todas as suas fases, em sequência correta:

- A) I - de divulgação do edital de licitação; II - preparatória; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de habilitação; V - de julgamento; VI - recursal; VII – de homologação.
- B) I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de habilitação; V - de julgamento; VI - recursal; VII – de homologação.
- C) I - de divulgação do edital de licitação; II - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; III - de julgamento; IV - de homologação; V - recursal.
- D) I - preparatória; II - de divulgação do edital de licitação; III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV - de julgamento; V - de habilitação; VI - recursal; VII – de homologação.
- E) A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21) não estabelece fases para o processo de licitação, desde que se respeite a moralidade administrativa.



QUESTÃO 32 (Valor:1)

Com relação à Lei nº 14.133/21, pode-se dizer que:

- A) Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entretanto, não abrange os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa.
- B) Estabelece normas específicas de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos Municípios. Sendo assim, a mencionada lei não pode abranger os fundos especiais e as demais entidades controladas indiretamente pela Administração Pública.
- C) Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos Municípios. A mencionada lei se aplica a prestação de serviços, com exclusão dos técnico-profissionais especializados.
- D) Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos Municípios. Entretanto, essa legislação não se aplica a alienação e concessão de direito real de uso de bens.
- E) Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A mencionada lei abrange os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

QUESTÃO 33 (Valor:1)

Pode-se afirmar que, em um processo administrativo, é dever do administrado:

- A) Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.
- B) Ter vista dos autos, mediante pagamento das custas.
- C) Não agir de modo temerário.
- D) Ter vista dos autos, assim como obter cópias de documentos nesses contidos, mediante pagamento das custas.
- E) Fazer-se assistir sempre por advogado.

QUESTÃO 34 (Valor:1)

Sobre a *ação civil pública*, assinale a alternativa incorreta.

- A) A ação civil pública não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro.
- B) O Município possui legitimidade para propor ação civil pública.
- C) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- D) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- E) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.



QUESTÃO 35 (Valor:1)

A Ordem Jurídica brasileira estabelece ações judiciais de controle da Administração Pública. Dentre elas está a Ação Popular, um instituto processual previsto na Constituição da República de 1988. Sobre a Ação Popular, assinale a alternativa correta:

- A) O autor da ação popular sempre ficará isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- B) O Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- C) A ação popular terá como objeto a condenação em dinheiro e o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- D) Atualmente se admite que a Defensoria Pública proponha ação popular, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- E) É defeso a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

QUESTÃO 36 (Valor:1)

Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

- A) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- B) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- C) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- D) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito devolutivo.
- E) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

QUESTÃO 37 (Valor:1)

Compete ao Procurador do Município de Criciúma, exceto:

- A) Representar o Município em juízo ou fora dele, independentemente de outorga de procuração, nas ações em que este for autor, réu, assistente, oponente ou interveniente, detendo plenos poderes para praticar todos os atos processuais, podendo ainda confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.
- B) Acompanhar o processo em todas as suas fases, peticionando, requerendo e praticando os atos necessários para garantir seu trâmite legal até decisão final.
- C) Promover pesquisas e desenvolver novas técnicas, providenciando medidas preventivas para contornar e solucionar problemas.
- D) Contribuir na elaboração dos projetos de leis, decretos, contratos e outros atos municipais.
- E) Sugerir ao Chefe do Poder Executivo a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e elaborar as informações que lhe caibam prestar, na forma da Constituição do Estado.



QUESTÃO 38 (Valor:1)

Assinale a alternativa que tenha informações corretas sobre algum nível da carreira de Procurador do Município de Criciúma.

- A) Procurador I, nos primeiros dois anos da carreira.
- B) Procurador II, entre o 2º ano e um dia e o 7º ano da carreira.
- C) Procurador III, entre o 5º ano e um dia e o 7º ano da carreira.
- D) Procurador IV, entre o 6º ano e um dia e o 8º ano da carreira.
- E) Procurador V, a partir do 10º ano e um dia de carreira.

QUESTÃO 39 (Valor:1)

O requerente em um processo administrativo, que tramita no âmbito da Administração Pública do Município de Criciúma, foi notificado pela autoridade competente para ciência de decisão. Ocorre que a notificação foi realizada por meio de aplicativo de mensagem de celular. Pode-se afirmar que:

- A) A notificação padece de nulidade, pois a legislação municipal exige que a notificação ocorra pessoalmente.
- B) A notificação é nula, pois deveria ter ocorrido por edital, pois se trata de um processo administrativo municipal.
- C) A notificação é válida, desde que o requerente tenha autorizado expressamente, no pedido inicial.
- D) A notificação por novas tecnologias é válida, desde que precedida por publicação em edital.
- E) A notificação é nula, pois o único meio eletrônico possível é o e-mail, desde que haja autorização expressa do interessado no transcorrer do processo.

QUESTÃO 40 (Valor:1)

Compete ao Procurador-Geral, sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou regulamento:

- A) Deliberar sobre assuntos gerais e específicos de interesse da Procuradoria-Geral.
- B) Aprovar e alterar o Regimento Interno da Procuradoria-Geral.
- C) Criar e promover a edição, onerosa ou gratuita, da Revista da Procuradoria-Geral do Município
- D) Propor, a quem de direito, declaração de nulidade ou anulação de quaisquer atos administrativos manifestamente inconstitucionais ou ilegais.
- E) Promover alterações legislativas sobre posse, exoneração e aposentadoria dos servidores da Procuradoria-Geral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - 15 QUESTÕES

QUESTÃO 41 (Valor: 1)

A petição inicial além de indicar os requisitos necessários à sua aceitação, deverá também ser instruída com os documentos indispensáveis à proposição da demanda. Caso o requerente não faça a juntada desses documentos, qual deverá ser a atitude da autoridade judiciária? Assinale.

- A) Determinar a extinção do feito, sem julgamento do mérito, pelo indeferimento da inicial.
- B) Intimar o Requerente para que, no prazo de 5 dias, emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.



- C) Intimar o Requerente para que, no prazo de 15 dias, emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- D) Em virtude da subjetividade da norma processual, deverá conduzir o feito e permitir que o autor da demanda, após a contestação do réu, apresente os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados ou rebatidos.
- E) Determinar a extinção do feito, com julgamento do mérito, pelo indeferimento da inicial.

QUESTÃO 42 (Valor: 1)

Entre as possibilidades recursais existentes, se encontra o *agravo de instrumento*, que poderá ser manejado contra as decisões interlocutórias que versarem sobre o elenco de possibilidades do Art. 1.015 do CPC. Em relação a interpretação dessas possibilidades e levando-se em consideração a decisão do STJ na REsp 1.704-520, pode-se afirmar que o rol do Art. 1.015 é considerado:

- A) De taxatividade restritiva.
- B) De interpretação extensiva.
- C) De interpretação analógica.
- D) De taxatividade mitigada.
- E) De interpretação exemplificativa.

QUESTÃO 43 (Valor: 1)

As normas processuais cíveis poderão ser aplicadas a outros processos na ausência de normas processuais específicas ou regulamentadoras, como é o caso dos ramos do direito eleitoral, trabalhista ou administrativo. Qual a hipótese legal para a aplicação do CPC nos ramos mencionados? Assinale.

- A) De forma supletiva e subsidiária.
- B) De forma direta e supletiva.
- C) De forma direta e subsidiária.
- D) Apenas a título subsidiário.
- E) Apenas a título supletivo.

QUESTÃO 44 (Valor: 1)

A finalidade do prazo é necessariamente temporal e visa dimensionar o lapso de tempo necessário para a ação das partes que integram a lide, no prazo assinalado pelo juiz ou pela norma processual, ou seja, “são lapsos temporais entre dois termos dentro dos quais se prevê a oportunidade para uma ação ou omissão” (MARINONI, 2017). Caso o magistrado, numa demanda judicial, determine que uma das partes se manifeste sobre um ato praticado nos autos, sem fixá-lo expressamente e sem preceito legal específico, em quantos dias deverá ser feita a manifestação, em regra, sob pena de preclusão?

- A) 15 dias.
- B) 10 dias.
- C) 30 dias.
- D) 05 dias.
- E) 20 dias.



QUESTÃO 45 (Valor: 1)

A lide processual é, em regra, o recurso disponibilizado pelo Estado-juiz às partes, para que possam proteger ou buscar direitos que, pelas vias ordinárias de mediação ou autocomposição, não foi possível. Ainda que a maioria das contendas sejam resolvidas extrajudicialmente, muitas delas serão encaminhadas à jurisdição para a solução do conflito. O que se aguarda, então, de uma decisão judicial é que seja efetiva naquilo que se pretendeu com a tutela deferida. É a chamada efetividade do processo. Um dos mecanismos adotados pelo novo CPC para dar cumprimento efetivo a tutela deferida, sob a forma de uma garantia, é a hipoteca judiciária. Conhecendo o assunto, assinale a alternativa abaixo que está equivocada em relação ao pleito da referida hipoteca:

- A) É possível propor a hipoteca judiciária de qualquer decisão condenatória, salvo quando esta condenação tenha sido genérica.
- B) É possível requerer a hipoteca judiciária ainda que a sentença tenha sido impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.
- C) É possível propor a hipoteca judiciária ainda que esteja pendente arresto sobre bem do devedor.
- D) É possível propor a hipoteca judiciária ainda que o credor possa promover o cumprimento provisório de sentença.
- E) Para sua realização, basta se apresentar uma cópia da sentença ao cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz, ou de demonstração de urgência.

QUESTÃO 46 (Valor: 1)

As sentenças são consideradas pronunciamento por meio do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum. Tanto podem ser terminativas ou definitivas. Em resumo, não há resolução do mérito apresentado na petição inicial no primeiro caso, ou há a resolução do mérito, no segundo caso. Analise as seguintes considerações:

- I – O juiz resolverá o mérito quando verificar a ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- II – A magistrada não resolverá o mérito quando decidir de ofício sobre a ocorrência da prescrição.
- III – Quando houver homologação da desistência da ação, é considerada uma sentença definitiva.
- IV – Quando houver homologação da transação entre as partes, é considerada uma sentença terminativa.
- V – O magistrado resolverá o mérito no caso de morte da parte, ainda que a ação seja considerada intransmissível por disposição legal.

Após a análise das afirmações acima, assinale a opção correta:

- A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- B) Ao contrário da resposta anterior, somente o item I está correto.
- C) As afirmações IV e V é que estão condizentes com o tema.
- D) Apenas o item IV é que está exato.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

QUESTÃO 47 (Valor: 1)

É possível a oposição por meio de embargos de terceiro para se propor o desfazimento ou sua inibição, de quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato



constritivo, conforme dispõe o Art. 674 do CPC. Qual das pessoas abaixo não deve ser considerada um terceiro do ponto de vista processual? Assinale.

- A) O cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação.
- B) O Requerido (reconvinte) na ação que intenta uma desapropriação do imóvel e que, ao promover a reconvenção, aduz que o Autor e terceiros (reconvindos) devem uma indenização pelas benfeitorias realizadas no imóvel objeto do litígio.
- C) O adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução
- D) Quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte
- E) O credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.

QUESTÃO 48 (Valor: 1)

Entre as possibilidades de concessão de uma tutela provisória, encontram-se as tutelas de urgência e de evidência. Sendo que as primeiras se caracterizam pela demonstração da “probabilidade do direito” e do “perigo da demora”. O que é a tutela de evidência e quais os seus pressupostos? Assinale.

- A) É a concessão de um direito evidente, mediante a demonstração de que as afirmações de fato estejam comprovadas e de que há uma probabilidade do direito e perigo na demora.
- B) É a concessão de um direito evidente, mediante a demonstração de que as afirmações de fato estejam comprovadas, conjugando-se dois elementos: prova das alegações de fato e probabilidade de acolhimento da pretensão processual, dispensando-se a demonstração de urgência e perigo.
- C) É uma modalidade de tutela provisória cautelar e, portanto, deverá se formular posteriormente o pedido de tutela definitiva.
- D) É uma modalidade de tutela provisória satisfativa e necessita das condições gerais exigidas para a sua interposição, ou seja, a probabilidade do direito e o perigo na demora.
- E) É um fato jurídico material que autoriza que se conceda uma tutela jurisdicional, mediante técnica de tutela diferenciada, com a demonstração de urgência ou perigo e a probabilidade processual.

QUESTÃO 49 (Valor: 1)

A fraude à execução ocorre quando uma alienação ou a oneração de um bem que está sujeito à execução é feita indevidamente e, portanto, é considerada ineficaz em relação ao exequente na demanda judicial em que é parte também o executado, não devendo se confundir com a fraude contra credores que é uma hipótese prevista no Código Civil. Analise as alternativas abaixo e assinie a que não se enquadra numa hipótese válida para a configuração de fraude à execução:

- A) Quando sobre o bem pender ação fundada em direito real ou com pretensão reipersecutória, desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público, se houver.
- B) Quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo em que foi arguida a fraude.
- C) Quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.



- D) Quando tiver sido averbado, no registro do bem, hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo em que foi arguida a fraude.
- E) Quando ao tempo da alienação de bem imóvel existir demanda judicial em curso em face do réu, ainda em sua fase de conhecimento, porém, conclusa para sentença.

QUESTÃO 50 (Valor: 1)

Araken de Assis (2015), ao apresentar sua opinião sobre a iniciativa probatória, assim descreveu: “O objetivo primário da iniciativa probatória das partes é o de convencer o juiz da veracidade das alegações das respectivas afirmações a respeito dos fatos que integram a causa de pedir ou a defesa”. A partir dessa definição, analise as situações relacionadas a atividade probatória abaixo descritas:

- I – Podem depor todas as pessoas como testemunhas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.**
- II – Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao adversário.**
- III – As testemunhas chamadas para prestar depoimento em juízo são denominadas testemunhas judiciárias e são consideradas terceiros em relação ao processo.**
- IV – Não poderá o juiz, de ofício, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.**
- V – O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, sem necessidade de observação do contraditório.**

Das afirmações acima, quantas podem ser consideradas corretas? Assinale.

- A) Uma delas.
- B) Duas delas.
- C) Três afirmações.
- D) Quatro das afirmações.
- E) Todas as afirmações.

QUESTÃO 51 (Valor: 1)

O Código de Processo civil prevê uma série de possibilidades para a representação dos entes públicos, entre eles os municípios. Quem, então, deverá representar processualmente o município, ativa ou passivamente, em juízo? Assinale.

- A) O prefeito(a) do município ou o procurador(a).
- B) Apenas o prefeito(a) do município.
- C) Apenas o procurador(a) constituído.
- D) O prefeito(a) do município e o procurador(a).
- E) O secretário da pasta específica ou o procurador(a).

QUESTÃO 52 (Valor: 1)

A proteção da coisa julgada diz respeito à segurança jurídica e está erigida como norma constitucional, à luz do Art. 5º, XXXVI da CF/88. O Estado democrático de direito se notabiliza pelo respeito as decisões judiciais definitivas, ainda que eventual razão de decidir tenha se baseado em hipotética injustiça, ressalvadas as hipóteses da ação rescisória. Analise as respostas abaixo e assinale a alternativa correta sobre o assunto:

- A) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- B) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e influência a questão de fato de



idêntico ou similar conteúdo em apreciação de outra demanda que envolva terceiros.

- C) Denomina-se coisa julgada processual a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso ordinário.
- D) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- E) Fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

QUESTÃO 53 (Valor: 1)

A petição inicial deve preencher três eixos principais, a qualificação das partes, a causa de pedir e os pedidos, além dos demais requisitos previstos no art. 319 do CPC. É uma peça técnica onde o profissional da advocacia deverá expor com adequação os fatos e fundamentos jurídicos que sustentam os pedidos e que possam, então, convencer a jurisdição da validade do pleito, se corroborados pelos meios de prova admitidos. O que é efetivamente a causa de pedir? Assinale.

- A) São as razões de direito apresentadas pelo Autor, que consiste na indicação da causa remota e dos fundamentos legais, ou seja, os dispositivos de lei que justificam o pleito pretendido.
- B) São as razões fático-jurídicas apresentadas pelo Autor, que consiste na indicação dos fatos (causa remota) e dos fundamentos jurídicos (causa próxima), ou seja, o fato jurídico que constitui o direito por ele afirmado.
- C) São as razões fático-jurídicas apresentadas pelo Autor, que consiste na indicação dos fatos (causa próxima) e dos fundamentos jurídicos (causa necessária), ou seja, o fato jurídico que constitui o direito por ele afirmado.
- D) São as razões de direito apresentadas pelo Autor, que consiste na indicação da causa próxima e dos fundamentos legais, ou seja, os dispositivos de lei que justificam o pleito pretendido.
- E) São os argumentos de natureza normativa e jurisprudencial que auxiliarão no convencimento do juiz.

QUESTÃO 54 (Valor: 1)

A remessa necessária é o procedimento pelo qual sujeita-se a sentença de procedência no 1º grau ao duplo grau de jurisdição, independentemente da interposição do recurso eventualmente cabível, sob o argumento de se revestir de uma “sólida barreira ao excesso e à temerária liberalidade com o erário, baseada em teses jurídicas implausíveis e improcedentes” (ASSIS, 2015). Todavia, há a exclusão dessa hipótese em razão do valor da condenação ou do proveito econômico. Analise as respostas abaixo e assinale aquela que corresponde corretamente a uma dessas exceções:

- A) O proveito econômico ou o valor da condenação for de valor certo e líquido inferior a 1.500 salários-mínimos para a União.
- B) O proveito econômico ou o valor da condenação for de valor certo e líquido inferior a 1.200 salários-mínimos para as autarquias ou fundações de direito público da União.
- C) O proveito econômico ou o valor da condenação for de valor certo e líquido inferior a 800 salários-mínimos para os Estados e o Distrito Federal.
- D) O proveito econômico ou o valor da condenação for de valor certo e líquido inferior a 500 salários-mínimos para os municípios que constituam capitais de Estado.
- E) O proveito econômico ou o valor da condenação for de valor certo e líquido inferior a 200 salários-mínimos para os demais municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.



QUESTÃO 55 (Valor: 1)

O recurso de agravo interno é cabível contra as decisões unipessoais proferidas em tribunal, sejam elas proferidas pelo relator, por presidente ou vice-presidente do tribunal. Analise o quadro de respostas abaixo e assinale a alternativa correta em relação as formalidades do referido recurso:

- A) Deverá ser proposto no prazo de 10 dias, mediante preparo, exige impugnação específica e não há necessidade de oportunizar as contrarrazões da parte contrária.
- B) Deverá ser proposto no prazo de 5 dias, sem necessidade de preparo, exige impugnação específica e há necessidade de oportunizar as contrarrazões da parte contrária.
- C) Deverá ser proposto no prazo de 15 dias, mediante preparo, exige impugnação específica e há necessidade de oportunizar as contrarrazões da parte contrária.
- D) Deverá ser proposto no prazo de 05 dias, mediante preparo, não exige impugnação específica e não há necessidade de oportunizar as contrarrazões da parte contrária.
- E) Deverá ser proposto no prazo de 15 dias, independentemente de preparo, exige impugnação específica e não há necessidade de oportunizar as contrarrazões da parte contrária.

DIREITO CIVIL - 10 QUESTÕES

QUESTÃO 56 (Valor: 1)

O casal de namorados Maria e Antônio foi comemorar o dia dos namorados em uma pousada romântica na cidade de Petrópolis/RJ. Ocorre que foram surpreendidos por uma forte tempestade, com chuvas, raios e vendaval. Em virtude do evento climático, a pousada onde estavam hospedados foi soterrada por um deslizamento de terras. Apesar de todos os esforços dos hóspedes e bombeiros, Maria não foi localizada até o momento, sendo que as buscas no local por sobreviventes já cessaram. Assim, em relação a Maria:

- A) Deverá ser declarada morte, haja vista sua presunção de ausência.
- B) Não poderá ser declarada sua morte, haja vista a não localização de seu corpo.
- C) Poderá ser declarada sua morte, após o reconhecimento de sua ausência.
- D) Poderá ser declarada sua morte, após sentença judicial reconhecendo sua morte presumida.
- E) Apenas poderá ser declarada sua morte presumida após 2 (dois) anos do encerramento das buscas.

QUESTÃO 57 (Valor: 1)

O Código Civil prevê o instituto da incapacidade civil, admitindo que a mesma possua gradação, desta forma:

- A) O rol das pessoas absolutamente incapazes não é exaustivo, podendo uma pessoa com deficiência, por sentença judicial, ser reconhecida como absolutamente incapaz;
- B) O rol das pessoas consideradas relativamente incapazes é taxativo e depende sempre de sentença judicial para que se declare uma pessoa como relativamente incapaz;
- C) Com a vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência são considerados absolutamente incapazes apenas as pessoas menores de 16 (dezesesseis) anos, de forma taxativa;
- D) As pessoas ainda não reconhecidas por sentença judicial como relativamente incapazes não podem utilizar do instituto da tomada de decisão apoiada;
- E) Uma pessoa declarada como relativamente incapaz por sentença não poderá regressar ao estado de absolutamente capaz, ainda que cessada a causa de sua interdição



QUESTÃO 58 (Valor: 1)

Caio e Mariana convivem em união estável desde janeiro de 2010, sendo que não realizaram qualquer pacto quando do início da convivência. O casal possui em comum os filhos Tício e Mévio, bem como adquiriu onerosamente em conjunto e na constância da união um apartamento localizado na cidade de Criciúma, sendo que, anteriormente à união, Caio já era proprietário de um imóvel localizado em Nova Veneza. Infelizmente, em 24/07/2021, Caio vem a falecer vítima de acidente automobilístico. Em relação a situação narrada:

- A)** Mariana será meeira de todos os bens de Caio e concorrerá na herança com os filhos Tício e Mévio no tocante ao bem localizado em Nova Veneza.
- B)** Mariana não será meeira de todos os bens de Caio e concorrerá na herança com os filhos Tício e Mévio no tocante ao bem localizado em Nova Veneza.
- C)** Mariana será meeira de todos os bens de Caio e concorrerá na herança com os filhos Tício e Mévio no tocante ao bem localizado em Criciúma.
- D)** Mariana não será meeira e concorrerá na herança com os filhos Tício e Mévio no tocante a todos os bens.
- E)** Mariana será meeira do bem localizado em Criciúma e concorrerá na herança com os filhos Tício e Mévio no tocante ao bem localizado em Nova Veneza.

QUESTÃO 59 (Valor: 1)

Carlos transitava pela Av. Rui Barbosa, na cidade de Criciúma, quando, repentinamente, foi atingido por um vaso arremessado do apartamento de Luísa, localizado no Ed. Boa Vista, ocasionando ferimentos em sua cabeça, sendo necessário permanecer hospitalizado por dois dias, além de gastos com medicamentos. Desta forma, Carlos:

- A)** Poderá pleitear a reparação de todos os danos sofridos, demandando Luísa para que responda pelos mesmos.
- B)** Poderá pleitear a reparação de todos os danos sofridos, demandando Luísa e o condomínio do Ed. Boa Vista para que respondam pelos mesmos, de forma solidária.
- C)** Poderá pleitear a reparação de todos os danos sofridos, demandando o condomínio do Ed. Boa Vista para que responda pelos mesmos.
- D)** Poderá pleitear a reparação de todos os danos sofridos, demandando Luísa e de forma subsidiária o condomínio do Ed. Boa Vista para que respondam pelos mesmos.
- E)** Não poderá pleitear reparação, haja vista Luísa não possuir dolo no seu agir, ou seja, não pretendia atingir Carlos.

QUESTÃO 60 (Valor: 1)

Francisca é uma famosa escultora e possui obras expostas em várias galerias do país, sempre atraindo interesse do público, assim, a Galeria Boas e Belas Artes realiza contrato com Francisca, comprando da mesma a escultura em mármore “Vênus em Êxtase”, que deveria ser entregue por Francisca na sede da Galeria Boas e Belas Artes. O preço da aquisição da obra foi pago integralmente com antecedência de cinco dias da entrega. Ocorre que no dia da entrega, ao se dirigir a Galeria, Francisca, por absoluto descuido, colide com seu veículo, ocasionando a destruição da peça de arte “Vênus em Êxtase”. É de se dizer que a Galeria, antecipadamente, havia vendido ingressos para a exposição, que foi cancelada em virtude da destruição da peça, ocasionando vários pedidos de devoluções de valores. Assim, assinale a alternativa correta:

- A)** Francisca deverá entregar outra obra de seu acervo, a escolha da Galeria Boas e Belas Artes, em substituição àquela obra destruída.



- B) A Galeria Boas e Belas Artes poderá cobrar de Francisca o equivalente em dinheiro da escultura destruída, mais o prejuízo sofrido com a devolução dos ingressos da exposição.
- C) Por se tratar de obrigação de fazer infungível, a Galeria Boas e Belas Artes não poderá mandar executar a prestação às expensas de Francisca, restando-lhe pleitear perdas e danos.
- D) Com o pagamento do preço, transferiu-se a propriedade da escultura para a Galeria Boas e Belas Artes, razão pela qual ela deve suportar o prejuízo pela perda do bem.
- E) A Galeria Boas e Belas Artes não poderá ressarcimentos dos danos, uma vez que se trata de obra infungível e que não pode ser substituída.

QUESTÃO 61 (Valor: 1)

Fernando trabalha como caseiro na propriedade rural de propriedade de Irene, mediante contrato escrito, isto desde o ano dois mil (2.000), ocupando inclusive uma casa no local e nela plantando verduras para seu consumo. Ocorre que em janeiro de 2018, Irene veio a falecer, sendo que Fernando permaneceu na propriedade, passando a cultivar feijão para a venda externa. Os herdeiros de Irene não comparecem na propriedade desde dezembro de 2019. Em julho de 2021, Fernando recebeu uma notificação extrajudicial lhe informando sobre a rescisão de seu contrato de trabalho, bem como lhe concedendo o prazo de 30 dias para desocupação da casa/terreno, porém Fernando se nega a desocupar. A partir da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta:

- A) Fernando não pode usucapir o bem, eis que é possuidor de má-fé.
- B) Fernando não pode ser considerado possuidor de boa-fé, haja vista sua ocupação derivar de um contrato, o que afastaria o *animus domni*.
- C) Os herdeiros de Irene apenas podem tomar posse do imóvel após a finalização do inventário, assim, não podem requerer a retomada do bem.
- D) Na hipótese indicada, a má-fé de Fernando não é um empecilho à usucapião.
- E) Fernando apenas poderá usucapir após 15 anos do falecimento de Irene.

QUESTÃO 62 (Valor: 1)

Francisco e Maria entabularam em 15/08/2014 negócio de compra e venda, mediante contrato escrito, onde Francisco se compromete a vender e Maria a comprar uma área de terras de 50 hectares, pelo valor de R\$ 1.750.000,00 sendo a forma de pagamento pactuada em 5 (cinco) parcelas anuais de R\$ 350.000,00, a cada dia 15 de agosto de cada ano, iniciando-se em agosto de 2014. Ocorre que Maria apenas efetuou o pagamento das primeiras três parcelas anuais, quedando-se silente no tocante as demais. Em outubro de 2020 Maria veio a falecer, deixando como herdeiro apenas Henrique, seu filho com 13 anos, abrindo-se seu processo de inventário, momento em que Francisco se habilita como seu credor, pretendendo receber as parcelas anuais de 2017 e 2018. A partir da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta:

- A) Francisco não poderá se habilitar como credor uma vez que sua pretensão prescreveu em três anos, a partir do inadimplemento.
- B) Considerando que Henrique é absolutamente incapaz e em relação a ele não corre prescrição, Francisco não poderá cobrar o crédito no inventário de Maria.
- C) Francisco poderá se habilitar como credor e pleitear o pagamento haja vista que a prescrição da pretensão em relação as parcelas não pagas é de cinco anos, a partir do inadimplemento.
- D) Fernando apenas poderá pleitear o pagamento pelo herdeiro de Maria quando o mesmo atingir a incapacidade relativa, haja vista não correr prescrição em relação a pessoas absolutamente incapazes.
- E) Francisco poderá pleitear o pagamento do herdeiro Henrique pois, conforme os fatos narrados,



a prescrição aplicável ao caso é de dez anos.

QUESTÃO 63 (Valor: 1)

Acerca dos testamentos, assinale a alternativa correta:

- A) Podem testar os maiores de dezesseis anos; não podem fazê-lo os incapazes absolutamente e o surdo-mudo, permitindo-se ao cego o testamento público.
- B) A incapacidade superveniente do testador invalida o testamento, mas o testamento do incapaz convalida-se com a superveniência da capacidade.
- C) Não são válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado.
- D) A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento.
- E) É facultado o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.

QUESTÃO 64 (Valor: 1)

Alfredo, 77 anos de idade, vinha sofrendo os efeitos do Mal de Alzheimer, que perturba sua memória. Durante uma distração de seu enfermeiro, conseguiu evadir-se da casa em que residia. Apesar de todos os esforços de seus familiares e mesmo da polícia civil, ele nunca foi encontrado, e já se passaram cinco anos do seu desaparecimento. Agora, seus parentes lidam com as dificuldades relativas à administração e disposição do seu patrimônio.

- A) Somente com a localização do corpo de Alfredo será possível a decretação de sua morte e a transferência da propriedade dos bens para os herdeiros.
- B) Eles devem requerer a declaração de ausência, com nomeação de curador dos bens, e, após um ano, a sucessão provisória; a sucessão definitiva, com transferência da propriedade dos bens, só poderá ocorrer depois de dez anos de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.
- C) Eles devem requerer a sucessão definitiva do ausente, pois ele já teria mais de oitenta anos de idade, e as últimas notícias dele datam de mais de cinco anos.
- D) Eles devem requerer que seja declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, por ele se encontrar desaparecido há mais de dois anos, abrindo-se, assim, a sucessão.
- E) Se passados dez anos e Alfredo não retornou é possível se requerer, via ação de inventário, sua sucessão definitiva com a transferência de seus bens aos herdeiros.

QUESTÃO 65 (Valor: 1)

Marcelo e Camila convivem em união estável desde janeiro de 2005 e da relação nasceram os filhos Mauricio (15 anos) e Carla (10 anos). Marcelo sempre demonstrou sentir um ciúme desmedido de Camila, o que resultou em várias discussões entre o casal. Ocorre que, agravado pelo alcoolismo, Marcelo passou a agredir fisicamente Camila e, em março de 2021, veio a cometer feminicídio, o que causou a morte de Camila. Assim, em relação aos filhos Mauricio e Carla:

- A) Marcelo terá suspenso o poder familiar sobre os filhos, por ato de autoridade policial.
- B) Marcelo perderá o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.
- C) Marcelo terá suspenso o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.
- D) Marcelo perderá o poder familiar sobre os filhos, por ato de autoridade policial.
- E) Marcelo não perderá o poder familiar em relação a seus filhos menores.



DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO - 10 QUESTÕES

QUESTÃO 66 (Valor: 1)

A respeito das modalidades de substituição tributária previstas no Código Tributário Municipal do município de Criciúma, podemos afirmar que são responsáveis pela arrecadação:

- A) O adquirente de bem imóvel, pelo IPTU devido pelo alienante até a data da alienação.
- B) O tabelião pelo tributo devido pelo alienante de bem imóvel, quando da transferência realizada sem prova de quitação dos tributos municipais.
- C) O coproprietário pelo recolhimento do IPTU da propriedade condominial.
- D) As indústrias do segmento plástico e similares, pelos ISS relativo a serviços de qualquer natureza contratados com terceiros.
- E) A pessoa jurídica, tomadora ou intermediária dos serviços, pelo ISS devido pelo contribuinte, desde que não goze de imunidade ou isenção tributária.

QUESTÃO 67 (Valor: 1)

Em relação às obrigações tributárias, podemos afirmar que:

- A) O fato gerador da obrigação acessória é situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- B) Prevista na legislação tributária, a obrigação principal tem como objeto prestações positivas, ou seja, práticas que existem em função da arrecadação.
- C) São exemplos de obrigações acessórias a declaração do Imposto sobre a Renda e a multa decorrente do seu descumprimento.
- D) A obrigação principal não se extingue juntamente com o crédito dela decorrente.
- E) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

QUESTÃO 68 (Valor: 1)

Levando em conta as disposições legais acerca do domicílio tributário trazidas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- A) O domicílio eleito pelo contribuinte pode ser recusado pela autoridade administrativa competente quando impossibilite ou dificulte a arrecadação e a fiscalização.
- B) Caso não haja eleição, o domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito privado é o lugar da sua sede, ou, em relação aos fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- C) Ausente a eleição, o domicílio tributário das firmas individuais será o centro habitual de suas atividades.
- D) É permitida a eleição do domicílio tributário pelo contribuinte.
- E) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, não havendo eleição, considera-se como domicílio qualquer uma de suas repartições no território da entidade tributante.

QUESTÃO 69 (Valor: 1)

A Administração Tributária engloba as atividades administrativas voltadas a arrecadação e fiscalização de tributos, possuindo como fim a realização do interesse público, devendo



ainda proteger os direitos dos contribuintes. A respeito dos poderes e deveres da atividade administrativa tributária, de acordo com o CTN e com a jurisprudência, é correto afirmar que:

- A)** É necessária autorização judicial para a realização de fiscalização tributária relativa ao exame dos livros comerciais e fiscais do sujeito passivo.
- B)** O sujeito passivo deve conservar os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como os comprovantes de lançamentos neles efetuados, até que ocorra a decadência dos créditos tributários deles decorrentes.
- C)** As informações obtidas pelas diligências e fiscalizações podem ser livremente compartilhadas com outros órgãos e autoridades administrativas interessadas.
- D)** A autoridade administrativa que proceder ou presidir quaisquer diligências de fiscalização deverá lavrar os termos do procedimento de fiscalização, constando a data de início e o prazo máximo para a sua conclusão.
- E)** A legislação tributária pode limitar o direito das autoridades administrativas de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais.

QUESTÃO 70 (Valor: 1)

A Receita Federal, no curso de procedimento fiscal, pretende requerer ao Banco YXXX o exame dos registros de movimentações financeiras realizadas pela Empresa de Serviços LTDA, informações que considera indispensáveis para o procedimento fiscal e para a arrecadação.

Com relação ao caso, e à luz da legislação e da jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- A)** O acesso aos registros bancários da empresa contribuinte apenas poderá se dar mediante decisão judicial.
- B)** O pedido realizado pela Receita Federal ofende o sigilo bancário e a preservação da confidencialidade dos dados, sendo assim inconstitucional.
- C)** O requerimento da Receita Federal é legal, pois se trata de transferência de sigilo, permanecendo a autoridade administrativa obrigada a manter a confidencialidade das informações obtidas.
- D)** As informações obtidas pela Receita Federal poderão ser compartilhadas com as demais autoridades administrativas, com o Ministério Público e poder judiciário, com fins fiscais e penais.
- E)** As informações obtidas em procedimento de fiscalização gozam de sigilo absoluto, não podendo ser compartilhadas, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa que as tenha compartilhado.

QUESTÃO 71 (Valor: 1)

A Procuradoria do Município de Sabatinga, após ajuizar execução fiscal em face de um contribuinte devedor, percebeu que o termo de inscrição da dívida ativa possuía erro quanto a fundamentação legal relacionada a origem do crédito inscrito.

Considerando o caso apresentado, e as disposições legais acerca da dívida ativa, podemos concluir que:

- A)** O erro apresentado é causa de nulidade absoluta da inscrição e do processo de cobrança, não permitindo modificações e alterações que o convalidem.
- B)** A realização de substituição por parte da fazenda pública está limitada a requisitos formais e materiais relativos a erros no lançamento, e que porventura tenham sido reproduzidos no termo de inscrição.
- C)** A convalidação do erro não poderá ocorrer, uma vez que a jurisprudência aponta para a



impossibilidade de substituição em função de erro relativo à origem e fundamento legal.

- D) A substituição do termo de inscrição da dívida ativa deve ser apresentada antes de prolatada a sentença de primeira instância, devolvido ao contribuinte o prazo para defesa.
- E) Se ajuizado embargos à execução por parte do contribuinte, a Fazenda Pública pode realizar a substituição do termo de inscrição até a data em que ocorrer a sua citação.

QUESTÃO 72 (Valor: 1)

Avalie as afirmativas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e assinale a alternativa correta:

- I – A alteração da alíquota do IPTU deve ser realizada por lei.**
- II – O IPTU pode ter alíquotas diferenciadas em função da localização e uso do bem imóvel;**
- III – A base de cálculo do IPTU é o valor venal do bem imóvel, acrescido do valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente no imóvel.**
- IV – Incide ITR sobre o imóvel localizado em área urbana comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.**
- V – O contrato de aluguel pode modificar a sujeição passiva em relação ao IPTU, de maneira a responsabilizar o locatário perante a Fazenda Pública municipal.**

- A) As afirmativas I, II e III são corretas.
- B) As afirmativas I, II e IV são corretas.
- C) As afirmativas I, IV e V são corretas.
- D) As afirmativas II, IV e V são corretas.
- E) Apenas a afirmativa IV é incorreta.

QUESTÃO 73 (Valor: 1)

Manuel Carlos, contribuinte regularmente inscrito em dívida ativa municipal, discorda de parte dos débitos fiscais pendentes em seu nome. Ao procurar a Fazenda Pública municipal para se queixar sobre os erros, lhe foi informado que os créditos devidos eram objeto de uma Ação de Execução Fiscal recém ajuizada. Considerando que Manuel Carlos ainda não havia sido citado no processo de execução, podemos concluir que cabe ao advogado de Manuel Carlos ajuizar:

- A) Ação de embargos à execução Fiscal.
- B) Ação anulatória de débito fiscal.
- C) Ação declaratória de inexistência da relação jurídico-tributária.
- D) Ação de repetição de indébito fiscal.
- E) Ação cautelar.

QUESTÃO 74 (Valor: 1)

O princípio da anterioridade de exercício, também chamada de genérica, e da anterioridade nonagesimal, previstos na Constituição Federal de 1988, são correlacionados a previsibilidade e não surpresa, constituindo-se em garantia ao contribuinte através da limitação do poder impositivo estatal.

Avalie as afirmativas relacionadas ao princípio da anterioridade e assinale a alternativa correta:



- I – A anterioridade de exercício e a anterioridade nonagesimal se aplicam cumulativamente a todas as espécies tributárias, excetuando aquelas previstas de maneira taxativa pela Constituição.**
- II – A anterioridade genérica impõe a necessidade de prévia autorização orçamentária para que haja a cobrança do tributo.**
- III – Por conta da anterioridade nonagesimal, a fixação da base de cálculo do IPTU somente poderá gerar efeitos após noventa dias da publicação da lei que a instituiu.**
- IV – O Poder Executivo pode alterar a alíquota do Imposto sobre Importação, que passará a ser exigida imediatamente após a publicação do ato normativo que a alterou.**
- V – A majoração do ISS incidirá após decorridos noventa dias de sua publicação.**
- A) As afirmativas I e IV são corretas.
- B) As afirmativas I, III e IV são corretas.
- C) As afirmativas I, IV e V são corretas.
- D) As afirmativas III e IV são corretas.
- E) As afirmativas II, III e IV são corretas.

QUESTÃO 75 (Valor: 1)

É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) O ajuizamento de mandado de segurança.
- B) A inscrição do crédito tributário na dívida ativa.
- C) O depósito judicial, seja parcial ou integral.
- D) A concessão de isenção.
- E) Concessão de medida liminar em ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - 10 QUESTÕES

QUESTÃO 76 (Valor: 1)

Historicamente, a organização da Justiça do Trabalho no Brasil foi inspirada no sistema dito “paritário” da Itália fascista, que mantinha um ramo especializado do Judiciário na solução de conflitos trabalhistas, em cuja composição figuravam representantes do Estado (juízes togados), da classe empresarial e da classe trabalhadora (juízes classistas) (LEITE, 2021). Até a Constituição Federal de 1946, apesar de ser nominada de Justiça do Trabalho, ela não fazia parte do Poder Judiciário, mas era vinculada ao Poder Executivo. Por meio desta Constituição Federal de 1946, ela foi incorporada ao Poder Judiciário e a composição de seus órgãos sofreram algumas alterações, culminando com a composição atual. Entre as alternativas abaixo, assinale a atual composição dos órgãos da Justiça do Trabalho.

- A) Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho; Juntas ou Juízes de Conciliação e Julgamento.
- B) Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho; Juntas de Conciliação e Julgamento.
- C) Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho; Varas de Conciliação e Julgamento.
- D) Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho; Juízes do Trabalho.
- E) Tribunal Superior do Trabalho; Tribunais Regionais do Trabalho; Varas do Trabalho.



QUESTÃO 77 (Valor: 1)

Diz-se, comumente, que a jurisdição (*juris dicere*) é o poder que o Estado avocou para si de dizer o direito, de fazer justiça, em substituição aos particulares. Sobre a Jurisdição é correto afirmar:

- I - é poder, porquanto decorrente da potestade do Estado exercida de forma definitiva em face das partes em conflito;**
- II - é função, porque cumpre a finalidade de fazer valer a ordem jurídica colocada em dúvida diante de uma lide;**
- III - é atividade, na medida em que consiste numa série de atos e manifestações externas e ordenadas que culminam com a declaração do direito e concretização de obrigações consagradas num título.**

Assinale a alternativa que contenha as afirmativas corretas:

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Somente a afirmativa I está correta.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 78 (Valor: 1)

A competência da Justiça do Trabalho está expressa no art. 114 da Constituição Federal, porém com o advento da EC n. 45/2004, este artigo passou a ter uma nova redação, inclusive com alteração no *caput*, onde antes a Justiça do Trabalho era competente para *conciliar e julgar* e, passou a ser competente para *processar e julgar*. Entre alguns tipos de ações que são citadas aqui, assinale aquela que não faz parte da competência da Justiça do Trabalho:

- A) As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- B) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- C) As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- D) As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, independentemente de ser ou não oriunda da relação de trabalho, mas que figure como parte um trabalhador.
- E) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

QUESTÃO 79 (Valor: 1)

“Ação é o direito de provocar o exercício da tutela jurisdicional pelo Estado, para solucionar dado conflito existente entre certas pessoas” (MARTINS, 2013, p. 235). Na ação (dissídio) devem conter elementos essenciais para que ela possa ser validamente aceita pela Justiça. Quanto aos elementos da ação trabalhista, assinale a alternativa que não condiz com eles:

- A) Autor e réu.
- B) Citação da parte adversa.
- C) Motivos fáticos e jurídicos.
- D) Solicitação para que o Estado dirima o conflito de interesses.
- E) Atribuição de um bem jurídico ao postulante.



QUESTÃO 80 (Valor: 1)

Os dissídios coletivos são, portanto, ações coletivas destinadas à defesa de interesses gerais e abstratos de categorias (profissional ou econômica), cujo objeto, via de regra, consiste na criação de novas normas (cláusulas) ou condições de trabalho mais benéficas do que as previstas em lei. A possibilidade de a Justiça do Trabalho criar normas trabalhistas por meio do dissídio coletivo de natureza econômica é conhecida como “poder normativo”. Sua previsão está albergada no § 2º do art. 114 da CF/88 (LEITE, 2021, p. 177). Quantos aos dissídios coletivos, assinale a alternativa incorreta:

- A) A competência para julgar é dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- B) A decisão que põe termo ao conflito recebe o nome de acórdão normativo.
- C) Sua natureza jurídica é sempre declaratória ou constitutiva.
- D) Ajuizamento quando frustrada a negociação coletiva ou recusa à arbitragem.
- E) O resultado do processo se dá por uma sentença normativa.

QUESTÃO 81 (Valor: 1)

Audiência é o ato processual formal e solene, no qual o juiz analisa a petição inicial do autor, tenta a conciliação, recebe a resposta do réu, ouve as partes e as suas testemunhas, analisa documentos e profere a sentença. É nela que concentra a quase totalidade dos atos processuais. São públicas, podendo o juiz, se o interesse público o exigir, limitar a presença de pessoas, inclusive em determinados atos, às próprias partes e aos seus advogados. Para dar andamento ao processo, é imprescindível a presença das partes na audiência. Em relação a audiência, assinale a alternativa que não condiz com sua realização ou suas consequências:

- A) O juiz ou presidente tem tolerância de atraso de 15 minutos na primeira audiência pautada; ultrapassado esse tempo, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências para que as partes não sofram prejuízos dessa ausência.
- B) As partes e seus representantes, inclusive os advogados, não têm qualquer tolerância quanto a atrasos.
- C) Na audiência inaugural (conciliatória/inicial), se o réu não se fizer presente (pessoalmente ou por meio de representante), mesmo que esteja presente o seu advogado, o juiz não aceitará sua defesa e decreta revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- D) O não-comparecimento do reclamante à audiência, mesmo que esteja presente o seu advogado, importa o arquivamento da reclamação e, este será condenado ao pagamento das custas, ainda que beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
- E) Audiência é contínua, una, porém o juiz tem a faculdade de fracionar ou não a audiência e, o costume processual acabou fracionando a audiência no procedimento ordinário em até três: “audiência de conciliação”, “audiência de instrução” e “audiência de julgamento”.

QUESTÃO 82 (Valor: 1)

Contestação é a modalidade de resposta em que o réu refuta as pretensões do autor, atacando o mérito, mas, também, em que alega as defesas em face do processo, as chamadas preliminares (SANTOS e HAJEL FILHO, 2018, p. 373). O réu devidamente notificado poderá tomar as seguintes medidas: reconhecer a procedência do pedido, ficar inerte ou pode apresentar resposta. Na Justiça do Trabalho são admitidas algumas espécies de resposta do réu. Assinale a alternativa que não corresponde essas espécies:



- A) Contestação (defesa).
- B) Exceção de incompetência.
- C) Agravo de instrumento.
- D) Exceção de suspeição.
- E) Reconvenção.

QUESTÃO 83 (Valor: 1)

“Recurso é um dos meios de que pode valer-se a parte, inconformada com a decisão judicial, que lhe foi desfavorável, para vê-la reexaminada na mesma ou na instância superior” (ALMEIDA, 1991, v.2, p. 301). Tem-se corrente majoritária defendendo que recurso é a continuação do procedimento, atuando como prolongamento do exercício do direito de ação dentro do mesmo processo (LEITE, 2021, p. 401). Para que o recorrente possa fazer uso do direito de recorrer tem que atender aos chamados pressupostos *intrínsecos* e *extrínsecos*. Assinale a única alternativa em que consta um pressuposto de categoria diferente dos demais:

- A) Legitimidade.
- B) Tempestividade.
- C) Representação processual.
- D) Preparo.
- E) Adequação.

QUESTÃO 84 (Valor: 1)

É por meio de recurso que a parte inconformada com uma decisão judicial poderá buscar sua anulação ou sua reforma parcial ou total. Para cada decisão judicial que pare inconformismo fundamentado, se tem um recurso adequado para atacá-la. “É dizer, existe um recurso adequado e próprio para atacar o ato judicial passível de impugnação recursal” (LEITE, 2021, p. 419). Entre as alternativas abaixo, assinale aquela cujo remédio a ser adotado na justiça trabalhista não é condizente com a decisão que se quer atacar:

- A) recurso ordinário – impugnar as decisões definitivas ou terminativas desfavoráveis no âmbito da processualística laboral.
- B) agravo de instrumento – impugnar as decisões interlocutórias no andamento do processo laboral.
- C) recurso de revista – impugnar acórdão que contrariou súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- D) agravo de instrumento – impugnar despacho de juiz que ao analisar os pressupostos de recurso denegou sua interposição.
- E) agravo de petição – impugnar sentença que acolhe ou rejeita os embargos do devedor ou a impugnação do credor.

QUESTÃO 85 (Valor: 1)

“[...] sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução” (art. 203, §1º, CPC). A coisa julgada deixa de ser mero efeito e passa a ser concebida como qualidade especial da sentença, que, por força de lei, a torna imutável e, as questões nela decididas indiscutíveis, dentro ou fora do processo. Portanto, o fundamento da coisa julgada é o de não mais permitir que retornem à discussão questões já soberanamente decididas pelo Poder Judiciário. É a segurança jurídica. Em relação a *coisa julgada*, assinale a única alternativa correta:



I - A coisa julgada material é a autoridade capaz de tornar imutável e indiscutível o conteúdo da decisão não só nos domínios do processo onde foi proferida, mas em qualquer outro processo que porventura venha discutir a mesma ação.

II - A coisa julgada formal é a autoridade da sentença que torna imutável e indiscutível o conteúdo da decisão no interior do próprio processo onde foi proferida.

III - Pode-se afirmar que as duas formas de coisa julgada, existem didaticamente, até porque a própria lei não faz distinção alguma, ou seja, *formal* ou *material*, tem a mesma finalidade, garantir de que aquilo que foi decidido, em momento algum, possa voltar à discussão novamente.

- A) Somente a afirmativa I está correta.
- B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

DIREITO DO TRABALHO - 05 QUESTÕES

QUESTÃO 86 (Valor: 1)

Contrato individual de trabalho, qualquer que seja a sua forma ou denominação, é aquele em virtude do qual uma pessoa se obriga a prestar a outra um trabalho pessoal subordinado, mediante o pagamento de um salário (LEITE, 2021, p. 202). O legislador brasileiro vinculou o contrato de trabalho à relação de emprego ao defini-lo na CLT e, em razão disso, há necessária cumulação de alguns elementos para sua caracterização. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela cujo elemento é desnecessário nessa cumulação para sua caracterização:

- A) Pessoalidade.
- B) Assinatura contrato (CTPS).
- C) Onerosidade.
- D) Subordinação.
- E) Habitualidade na prestação do serviço.

QUESTÃO 87 (Valor: 1)

Os sujeitos do contrato de trabalho têm liberdade para negociarem a relação de emprego, inclusive o tipo de contrato a ser adotado entre as várias modalidades previstas legalmente. Essa liberdade, com imposição de algum limite, está prevista no art. 444 da CLT: “As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes”. Em relação as modalidades de contratos previstas na legislação laboral, assinale a única alternativa que não condiz com sua previsibilidade legal:

- A) *Contrato por prazo indeterminado* – é a contratação sem qualquer prazo, podendo ser extinto por qualquer das partes, porém, há situações em que a extinção desse contrato encontra limitações, como ocorre, por exemplo, quando a relação de emprego encontra-se albergada pelos institutos da estabilidade ou da garantia no emprego.
- B) *Contrato de trabalho intermitente* – é a contratação de um empregado para pagar-lhe, somente quando se mostrarem necessários os seus serviços, apenas as horas laboradas sem que se



estipule uma jornada fixa mínima de trabalho ou uma carga semanal fixa mínima a ser cumprida. Esse tipo de contrato intermitente é considerado contrato por tempo indeterminado que é caracterizado pela alternância entre períodos de atividade e de inatividade, devendo ser assinada sua CTPS e, deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

- C) Contrato por prazo determinado** - é aquele cuja vigência dependa de termo prefixado, ou seja, que tenha definidas previamente as datas de início e de término das atividades; ou aquele cuja vigência dependa da execução de serviços especificados; ou, ainda, aquele cuja vigência dependa da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada, ou seja, que dependa da concretização de um acontecimento previsível. Só pode ser prorrogado uma vez, dentro do prazo que não pode ser por mais de dois anos, caso contrário passará a vigorar sem determinação de prazo.
- D) Contrato de experiência** - é celebrado sob condição resolutiva, dependendo, portanto, de prévio ajuste entre as partes. É um período em que o empregado faz prova de suas habilidades técnicas, relacionadas com o ofício para o qual foi contratado. O prazo do contrato de experiência é de noventa dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período e, ultrapassando esse tempo, automaticamente se torna um contrato sem prazo. A despedida antes de findo o contrato de experiência confere ao empregado, aviso prévio, se contiver cláusula assecuratória de rescisão antecipada; ou pagamento, pela metade, dos salários correspondentes ao restante do contrato.
- E) Contrato de aprendizagem** – é um contrato de emprego especial, ajustado por escrito e por tempo determinado não podendo ultrapassar dois anos, por meio do qual o empregador oferece o acesso a uma formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Para sua validade o aprendiz deve ser maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos; aos aprendizes portadores de deficiência não tem limite máximo de idade; deve ser anotado na CTPS, com matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

QUESTÃO 88 (Valor: 1)

O art. 7º, I, da Constituição Federal, consagra o direito fundamental social dos trabalhadores à proteção da relação de emprego contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa e, paralelamente, estabelece uma indenização compensatória, dentre outros direitos, nos termos de lei complementar. O art. 477, da CLT, informa quais são os deveres do empregador em caso de extinção do contrato de trabalho, como segue: “Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo”. O contrato por tempo indeterminado pode ser extinto de vários modos. Assinale a única alternativa em que o modo de extinção não condiz com o previsto para ele na legislação laboral:

- A) Iniciativa do empregador sem justa causa** – o empregador deverá conceder o aviso prévio ou indenizar o valor correspondente (ao aviso); deverá pagar saldo de salários (se existente), 13º proporcional e férias vencidas ou proporcionais, acrescidas de 1/3, além dos valores relativos aos depósitos do FGTS do mês da rescisão e o do mês imediatamente anterior (caso este ainda não tenha sido recolhido ao banco depositário) e também deverá indenizar o empregado com o equivalente a 40% do total dos depósitos do FGTS realizado durante a vigência do contrato (sem descontos dos saques efetuados no período) e, se o empregado preencher os requisitos, terá direito a habilitar-se ao seguro-desemprego; terá direito a liberação do FGTS depositado.
- B) Iniciativa do empregador por justa causa** – a extinção do contrato se dá quando o empregado praticar alguma das faltas previstas no art. 482, da CLT. Caberá ao empregador o ônus de demonstrar a existência da falta geradora do desligamento por justa causa. Uma vez



caracterizada a justa causa, o empregado terá direito a saldo de salários (se houver) e férias vencidas (se houver); não terá direito: aviso prévio, férias proporcionais, 13º proporcional, liberação do FGTS, multa 40% sobre FGTS e habilitar-se ao seguro-desemprego.

- C) Extinção de contrato por acordo** – é a forma de extinção em que empregador e empregado chegam a um acordo para findar a relação de emprego existente entre ambos. Nesta modalidade, o empregado terá direito a receber o valor correspondente a metade do aviso prévio, se este for indenizado e, 20% da indenização sobre o saldo do FGTS; terá direito as férias vencidas ou proporcionais, acrescidas de 1/3; 13º proporcional, saldo de salário (se houver) e poderá levantar até 80% do valor dos depósitos do FGTS referente ao contrato extinto. Não terá direito habilitar-se ao seguro-desemprego.
- D) Iniciativa do empregado** – o empregado por iniciativa própria poderá extinguir o contrato de trabalho de forma unilateral, inclusive durante o transcurso das suspensões contratuais, porquanto não há norma impeditiva dessa manifestação da liberdade individual. O empregado que pede demissão terá direito a receber, saldo de salário (se houver), férias completas e proporcionais com acréscimo de 1/3 e, 13º proporcional. Deve conceder aviso prévio ao empregador proporcional ao tempo de serviço, conforme previsão na Lei nº 12.506/11 e, caso não cumpra o aviso, o empregador terá direito ao desconto do valor correspondente proporcional ao tempo de serviço. Esse empregado não terá direito ao saque do FGTS, ao acréscimo de 40% sobre os depósitos do FGTS e, nem habilitar-se ao seguro-desemprego.
- E) Extinção do contrato por rescisão indireta** – ocorre a extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado, que tem o ônus de provar a justa causa perpetrada pelo empregador, cujas condutas proibitivas estão elencadas no art. 483, da CLT, segundo o qual o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização. Provada a culpa do empregador, esse empregado terá direito a saldo de salário (se houver), aviso prévio proporcional do tempo de serviço, férias completas e proporcionais com acréscimo de 1/3, 13º salário proporcional, liberação do FGTS, acréscimo de 40% sobre o FGTS, habilitar-se ao seguro-desemprego, sem desconsiderar eventual indenização por dano material ou moral decorrente da situação.

QUESTÃO 89 (Valor: 1)

“As razões para a limitação da duração do trabalho são de ordem biológica, social, econômica, religiosa e familiar” (LEITE, 2021, p. 275). Visam o bem estar e a satisfação do trabalhador e de sua família, proporcionando-lhe um período de descanso para recomposição física e mental, evitando doenças, além de promover uma convivência familiar fora do ambiente de trabalho e, do empregador que busca a sua satisfação através do lucro. “A duração do trabalho é o tempo de labor legalmente outorgado ou contratualmente oferecido a um empregado e que se identifica a partir da constatação da jornada e da carga semanal exigíveis” (MARTINEZ, 2021, p. 245). Em relação a jornada de trabalho, assinale a única alternativa que não condiz com a previsão da norma laboral:

- A)** O limite máximo da duração do trabalho normal diário, para os empregados em qualquer atividade privada, é até 8 horas e semanal até 44 horas, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. O trabalho exercido após a duração do trabalho normal é considerado extraordinário, surgindo para o trabalhador, em regra, o recebimento do adicional de hora extra de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal, não sendo considerado trabalho extraordinário as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Com a finalidade de controle de jornada, fica permitida entre os formas, a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- B)** É facultado às partes, por acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer jornada de trabalho 12 x 36 horas, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. Nessa jornada a remuneração mensal pactuada abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão



considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno.

- C)** Aos trabalhadores urbanos e rurais é assegurado o direito à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva. Nessa jornada ao trabalhador é obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos, cujo período de descanso não é computado na duração do trabalho. O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida.
- D)** A jornada de trabalho noturno adotada aos trabalhadores urbanos é diferente daquela adotada aos trabalhadores rurais. Enquanto que para os trabalhadores urbanos é considerado noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte; para os trabalhadores rurais, considera-se trabalho noturno o executado entre as 21 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte, na atividade pecuária. Trabalhador urbano terá um acréscimo de 20 %, pelo menos, sobre a hora diurna. Trabalhador rural será acrescido de 25% sobre a remuneração normal.
- E)** A jornada de trabalho em regime de tempo parcial é aquela cuja duração não exceda o limite de vinte seis horas a trinta horas semanais e sem a possibilidade de realização de horas suplementares. Nesse tipo de jornada, o salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

QUESTÃO 90 (Valor: 1)

O art. 511, da CLT, preceitua: “É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas”. A Constituição Federal, em seu art. 8º, *caput* ratifica essa licitude do mencionado preceito celetista: “Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, [...]”. Essa liberdade, não é plena, pois há ainda alguns limites impostos pela própria CF/88, como por exemplo, a unicidade sindical e a limitação de área mínima para sua base territorial, porém excluiu exigências adotadas anteriores a CF, como por exemplo, a autorização do Estado para sua fundação e a preexistência de associação para poder se transformar em sindicato. Preceito constitucional especifica a finalidade do sindicato quando afirma que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, III) e, tornando obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (art. 8º, VI). Na defesa dos interesses coletivos, os sindicatos lançam mão de valioso instrumento “negociações coletivas” para alcançarem seus objetivos. Quanto as negociações coletivas de trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- A)** Das negociações coletivas de trabalho podem nascer dois instrumentos normativos, em que ambos estipulam condições de trabalho aplicáveis, às relações individuais de trabalho, quais sejam: convenção coletiva e acordo coletivo.
- B)** Pode-se afirmar que na convenção coletiva, a negociação se dá entre dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais e, acordo coletivo, a negociação é entre sindicato representativo de categoria profissional e uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica.
- C)** Apesar de, em 1917, a Constituição Federal do México ter inserido em seu texto, direitos sociais dos trabalhadores, conhecido como o constitucionalismo social e, a Constituição de Weimar (Alemanha), em 1919 ter feito o mesmo, o Brasil, somente na Constituição de 1934, constitucionalizou os direitos sociais, sendo a primeira Constituição brasileira que em seu texto reconheceu tanto as convenções coletivas, quanto os acordos coletivos.
- D)** As convenções coletivas e os acordos coletivos são formas de resolução de conflitos coletivos conhecidos como autocomposição, porquanto são as próprias partes que chegam a sua solução, sem intervenção de terceiros na imposição dessa solução.



- E) Fracassadas as negociações coletivas por meio das convenções e os acordos, inclusive se utilizando da mediação, os sindicatos podem buscar a solução do conflito por meio da arbitragem e, caso esta não seja aceita, busca-se a solução por meio de dissídio coletivo junto à Justiça do Trabalho. Tanto a arbitragem, quanto à Jurisdição há a intervenção de terceiros dando a solução do conflito. A arbitragem por meio de laudo arbitral e o dissídio, por meio de sentença normativa.

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO - 10 QUESTÕES

QUESTÃO 91 (Valor: 1)

O Plano Diretor Participativo do Município de Criciúma (PDPM), instituído pela Lei Complementar nº 95/2012, em seu Art. 145 estabelece que são consideradas “Zonas de Especial Interesse (ZEI) aquelas destinadas para fins de interesse social, cultural, entre outros, complementada pelo uso residencial, comercial não atacadista e de prestação de serviços e outros usos permitidos e permissíveis [...]”. Analise as afirmativas acerca das Zonas de Especial Interesse, previstas pelo PDPM, e assinale a resposta correta:

- I – A Zona Especial Interesse Social é destinada à promoção da urbanização, regularização fundiária e produção de habitação de interesse social, como destinação ao direito à moradia e à cidadania, devendo o município indicar, a qualquer tempo, novas áreas de ZEIS que sejam utilizadas para a promoção de habitações de interesse social.
- II – A indicação de áreas de Zona Especial Interesse Social para a promoção de habitações de interesse social deverá ser do Órgão de Planejamento Municipal legalmente instituído e a aprovação por parte da Câmara Municipal de Criciúma.
- III – Zona Especial de Interesse da Recuperação Ambiental-Urbana (ZEIRAU): compreende áreas degradadas pela indústria e pela mineração extrativista, que já sejam utilizadas para ocupação com uso urbano, devendo servir como instrumento de regularização fundiária.
- IV – No caso de hipótese de mudança futura de atividade das áreas públicas, e particulares, de uso coletivo compreendidas em Zona de Especial Interesse da Coletividade, deve ocorrer a avaliação prévia por parte do Órgão de Planejamento Municipal, e aprovação por parte da Câmara Municipal de Criciúma.
- V – A Zona de Especial Interesse de Estudos Posteriores (ZEIEP) compreende o zoneamento dos terrenos ou glebas voltados para futuros projetos de vias, diretrizes viárias, anéis viários e demais correlatos.

- A) As afirmativas I, III, V estão corretas.
- B) As afirmativas I, II, III, e V estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I e V estão corretas.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 92 (Valor: 1)

Assinale a resposta incorreta acerca dos princípios do direito ambiental:

- A) O princípio do protetor-recebedor possui como fim a retribuição economicamente positiva àquele que em sua atividade gera externalidades ambientais positivas, protegendo o meio ambiente por meio de suas ações.
- B) O princípio da precaução se trata de previsão normativa que visa evitar a realização de ações capazes de provocar danos ambientais graves e irreversíveis, cujo potencial lesivo já seja conhecido e diagnosticado pela ciência.



- C) Princípio do poluidor-pagador impõe ao poluidor o dever de arcar com as externalidades negativas geradas na produção de bens e serviços, de maneira a internalizar os custos ambientais produzidos, fazendo com que tais custos não sejam absorvidos de forma indiscriminada por toda a sociedade.
- D) O princípio da solidariedade intergeracional estabelece compromissos das presentes gerações de salvaguardar os interesses das futuras gerações quanto às condições ambientais necessárias para o desenvolvimento da vida humana na terra.
- E) O princípio da cooperação, nacional e internacional, propugna que o enfrentamento dos problemas ambientais deve se dar de maneira cooperada e articulada entre atores públicos e privados, tanto no plano nacional como internacional.

QUESTÃO 93 (Valor: 1)

O tombamento é meio de reconhecer e proteger o patrimônio cultural nos âmbitos municipais, estaduais e federais. No Brasil o tombamento se constituiu como instrumento legal em 1937, por meio do Decreto-Lei nº 25, que determina uma série de conceitos legais e regras referentes a estes. Considerando as disposições legais presentes no Decreto-Lei nº 25, de 1937, assinale a resposta correta:

- A) O tombamento é destinado a preservação dos bens imóveis considerados relevantes ao patrimônio cultural.
- B) A inscrição da propriedade no Livro do Tombo deve se dar com a anuência do proprietário, ou após restituição financeira referente ao valor do patrimônio tombado.
- C) As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades, ou para entidades públicas não-estatais, mediante termo que garanta a sua utilização para fins culturais.
- D) A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- E) Pode, quando o tombamento se dá de forma voluntária, a realização de pequenas alterações transitória nas fachadas dos edifícios, tais como fixação de faixas e cartazes, a critério do proprietário.

QUESTÃO 94 (Valor: 1)

De acordo com a Lei nº 6.797, de 14 de outubro de 2016, é correto afirmar que não será permitido o parcelamento do solo:

- A) Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo, mesmo que previamente saneados.
- B) Em terrenos alagadiços, antes de passados quatro anos da realização de obras com o fim de assegurar o escoamento das águas.
- C) Nas partes de terrenos com declividade de até 30% (trinta por cento).
- D) Em terrenos que se encontrem fora da zona urbana.
- E) Em terrenos situados em áreas de preservação florestal ecológica.

QUESTÃO 95 (Valor: 1)

Quanto ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), podemos afirmar que:

- A) A realização do Estudo de Impacto de Vizinhança dispensa a realização do Estudo de Impacto Ambiental, quando previsto.
- B) O Estudo de Impacto de Vizinhança é destinado a determinar os possíveis impactos que podem ser gerados pelas atividades privadas a serem realizadas nas áreas urbanas.



- C) Os empreendimentos listados no Estatuto da Cidade deverão necessariamente ser objeto de Estudo do Impacto de Vizinhança.
- D) Os resultados do Estudo de Impacto de Vizinhança são disponibilizados apenas aos membros do poder público, aos particulares envolvidos no empreendimento, bem como as lideranças da comunidade possivelmente atingida.
- E) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

QUESTÃO 96 (Valor: 1)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985/00, constitui-se pelo conjunto de unidades de conservação no âmbito federal, distrital, estadual e municipal, prevendo sua divisão em unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Dentre as unidades previstas e as normas que as regem, pode-se afirmar que:

- A) O Parque Nacional, é unidade de posse e domínio público, e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, e atividades extrativistas de baixo impacto ambiental.
- B) O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, podendo ser constituído por áreas particulares mediante aquiescência dos proprietários.
- C) O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, sendo vedada a visitação pública.
- D) A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, destinada a realização de pesquisas científicas, sendo vedada a exploração de seus recursos naturais.
- E) A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, cuja constituição é subordinada a existência de interesse público.

QUESTÃO 97 (Valor: 1)

Sobre o licenciamento ambiental, a Resolução nº 237/97 do CONAMA determina que:

- A) O órgão ambiental competente pode revisar o licenciamento mediante decisão motivada, modificando os condicionantes e as medidas de controle e adequação, podendo ainda suspender ou cancelar uma licença expedida.
- B) A Licença Prévia autoriza a instalação da atividade, ou empreendimento, em concordância com as especificações constantes nos planos, programas, e projetos aprovado, devendo ter como prazo mínimo o cronograma de instalação do empreendimento, ou atividade.
- C) No momento da renovação, a Licença de Operação (LO) apenas pode ser prorrogada por prazo e validade inferior ao previamente concedido.
- D) A implementação de regras mais restritivas em momento posterior à concessão da licença, obriga o licenciado a realizar a adequação aos novos padrões estabelecidos, cabendo indenização caso a atividade seja suspensa.
- E) A licença é ato pelo qual o órgão administrativo estabelece restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, constituindo direito adquirido após sua concessão.



QUESTÃO 98 (Valor: 1)

Levando em conta a legislação pertinente acerca do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, é correto afirmar que:

- A) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental, também conhecido como EIA, é requisito para a concessão da Licença de Operação de atividade efetivamente poluidoras e causadora de degradação ambiental.
- B) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental se relaciona com o princípio do poluidor-pagador na medida em que impõe o ônus de custeio do estudo à pessoa, física ou jurídica, que produzirá externalidades ambientais negativas.
- C) A realização do Relatório de Impacto Ambiental, combinada com a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança, excluem a necessidade de realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
- D) O Relatório de Impacto Ambiental contém as conclusões do Estudo Prévio de Impacto Ambiental, apresentadas de forma objetiva e clara, de modo a informar acerca de todas as possíveis consequências ambientais que serão geradas pela obra, ou atividade, analisada.
- E) O Relatório de Impacto Ambiental não precisará ser realizado caso as informações apresentadas possam comprometer o sigilo industrial do empreendimento em análise.

QUESTÃO 99 (Valor: 1)

Com relação a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305/10, é correto afirmar:

- A) A inexistência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos impede a instalação e operação de empreendimentos licenciados que realizem atividades no ramo de coleta de resíduos sólidos.
- B) A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos exime o município da realização do licenciamento de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana.
- C) Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.
- D) A responsabilidade do gerador de resíduos sólidos domiciliares cessa após ocorrer a destinação final dos reduzidos produzidos, nos moldes da legislação vigente.
- E) É ilegal a exigência de seguro de responsabilidade civil como requisito para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operam com resíduos perigosos.

QUESTÃO 100 (Valor: 1)

Baseando-se no Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e suas previsões normativas acerca da Área de Preservação Permanente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinale a resposta que contém a sequência correta.

- () O regime legal da Área de Preservação Permanente deve ser mantido mesmo que ela seja utilizada para o cálculo do percentual da Reserva Legal do bem imóvel.
- () É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- () A obrigação de promover a recomposição vegetação suprimida é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel.
- () Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, a continuidade das atividades



agrossilvipastoris, agroindustriais, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

() A supressão de vegetação nativa apenas poderá ocorrer na hipótese de interesse público e interesse social.

A) V, V, V, F, F.

B) V, V, V, V, V.

C) F, F, V, F, V.

D) F, V, F, F, V.

E) V, V, F, F, F.